

CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MIRANDELA**ATA N.º 2/2024**

Ao **décimo oitavo dia do mês de junho de 2024**, pelas 09 horas e 35 minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, com a presença dos seguintes elementos:

- *Júlia Rodrigues*, Presidente da Câmara Municipal;
- *António Cosme*, representante do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas I.P.;
- *Cristina Passas*, representante da Associação Comercial e Industrial de Mirandela;
- *Ludovina Rocha*, representante da DESTEQUE – Associação de Desenvolvimento Local;
- *Delfim Machado*, representante da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais-Mirandela;
- *Emanuel Batista*, representante da AOTAD – Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro e da ACRIGA – Associação dos Criadores de Gado;
- *Francisco Pavão*, representante da APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Ana Novais*, representante da Tradição e Qualidade - Associação Interprofissional para os Produtores Agro-Alimentares de Trás-os-Montes;
- *António Neves*, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana, da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL., da LEICRAS - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Marta Ferreira*, representante da AFLODOUNORTE – Associação Florestal do Vale do Douro Norte;
- *Paulo Xavier Rodrigues*, representante da SILVIDOURO – Associação Agro-Florestal (em videoconferência);
- *Bruno Ricardo*, em representação da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos, da Associação de apicultores do Nordeste (FNAP) e da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana;
- *Isabel Pires*, representante da ADAN – Associação de Defesa Animal do Nordeste;
- *João Ribeiro*, representante da FACIRC – Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética;
- *Carlos Carvalho*, representante do Partido Social Democrata (PSD);
- *Hernâni Moutinho*, representante do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP);
- *Rita Messias*, representante do Partido Socialista (PS);
- *Cândida Santos*, representante da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra da Terra Quente (em videoconferência);
- *José Vieira*, representante da COOPAÇOS – Cooperativa Agrícola de Valpaços (em videoconferência);
- *Susana Batista*, representante do Centro de Gestão Agrícola da Terra Viva.
- *Liliana Pinto*, representante do Serviço Municipal de Veterinária;
- *Agostinho Beça*, Chefe da EMEIA – Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, do Município de Mirandela;
- *Maria Gouveia*, Coordenadora do SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Mirandela;
- *Gualter Ferreira*, Técnico Superior da DASO – Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais – Unidade Orgânica de Ambiente, da Câmara Municipal de Mirandela;

E as ausências de:

- *Arlindo Almeida*, representante do Instituto Politécnico de Bragança (apresentou justificação de ausência);
- *Beatriz Pilão Garcia*, representante do Centro de Gestão da Empresa Agrícola Vale do Tua (apresentou justificação da ausência);
- *Francisco Ribeiro*, representante da CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. (apresentou justificação de ausência);
- *Ana Paula Silva*, representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- *Jorge Humberto Fernandes*, representante da Coligação Democrática Unitária (CDU);
- *José Carlos Teixeira*, representante do Grupo Municipal dos Independentes;
- *Luís Cardoso*, representante da Cooperativa de Olivicultores de Valpaços;
- *Pedro Vinagre*, representante da Adega Cooperativa de Valpaços;
- *Alcides Santos*, representante da Adega Cooperativa do Rabaçal.
- *Nuno Nogueira*, Presidente de Junta da Freguesia de Torre de Dona Chama, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia;

Outras presenças:

- *Cláudia Ramos*, Adjunta da Sr.^a Presidente (Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal);

Presidiu aos trabalhos a **Sr.^a Presidente**, abrindo a reunião às 09 horas e 35 minutos, conforme agendado, dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Após verificar a presença de quórum deu início à reunião.

Solicitou autorização para gravação da reunião de modo a facilitar a elaboração da Ata e para que seja cópia fiel e correta a reprodução dos factos ocorridos, considerando o formato em que esta reunião se realiza, ao que nenhum dos conselheiros se opôs.

Informou que se encontra presente, para prestar apoio a este Conselho a Dr.^a *Cláudia Ramos*, Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência.

Iniciou a Ordem de Trabalhos com o **Ponto 1 - Ata - Leitura, discussão e votação da Ata da 4.^a Reunião do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela de 2023 e da Ata da 1.^a Reunião do Conselho Municipal de Agricultura de 2024**. Colocada à votação, foi exposta uma ressalva por *Bruno Ricardo*, representante da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos e da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana, quanto ao **ponto 4, parágrafo 5.º da Ata da 1.^a Reunião do Conselho Municipal de Agricultura de 2024**, relativamente aos apoios da atividade apícola e aos valores correspondentes à destruição dos ninhos da Vespa Velutina.

Relativamente à **Ata da 4.^a Reunião do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela de 2023**, a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Deliberação:

- O Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 1.^a Reunião do Conselho Municipal de Agricultura de 2024, após fazer a ressalva exposta por Bruno Ricardo.**
- O Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 4.^a Reunião do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela de 2023.**

Passando ao **Ponto 2 - Público - Período de Intervenção** (conforme n.º 5 do art.º 12.º)¹, a **Sr.^a Presidente** informou que em todas as reuniões do Conselho Municipal de Agricultura há um período aberto ao público, que não poderá exceder 30 minutos, salvo por deliberação do Conselho, sendo esta reunião divulgada por Edital, como habitualmente, para informação sobre a realização da mesma.

A **Sr.^a Presidente** fez um agradecimento aos Conselheiros presentes, pelo facto da antecipação da Reunião, do período da tarde para o período da manhã, pedido solicitado por parte de alguns Conselheiros, que queriam estar presentes numa iniciativa promovida pela UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sobre a “*Valorização da carne de caça*.”

¹ Do Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela

Dada a ausência de público, passou de imediato ao ponto seguinte: **Ponto 3 – Período Antes da Ordem do Dia**, (conforme o n.º 2 do artigo 12.º). Mais informou que este período não poderá exceder sessenta minutos se destina à discussão e análise de quaisquer assuntos pertinentes às funções deste Conselho que não estejam incluídos na Ordem do Dia, dando a palavra aos Conselheiros inscritos.

Não havendo inscrições, a **Sr.ª Presidente** passou a informar do seguinte: *Como já foi referido na última Reunião deste Conselho, em virtude da recente extinção da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte – DRAPN, e a sua integração na CCDRN, I.P. – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, o nosso Regulamento ficou desatualizado no que se refere à alínea b) do n.º 1 do art.º 7.º, na qual é indicado que se integra o Conselho “Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte”.*

Assim, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 21.º, será apresentada proposta à próxima sessão da Assembleia Municipal para alteração do Regulamento nesse sentido.

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Conselheiros para pedir contributos para outras eventuais alterações que sejam consideradas pertinentes e oportunas a incluir na referida proposta.

Francisco Pavão, representante da APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes e Secretário da Mesa do Conselho, sugeriu que se colocasse a sigla DRAPN/CCDRN, para evitar sucessivas propostas à Assembleia Municipal, considerando que ainda existe a esperança de reversão para a DRAPN.

Deliberação:

- iii) O Conselho deliberou, por unanimidade, não enviar de imediato esta alteração à Assembleia Municipal, uma vez que se trata de uma pequena alteração que poderá a curto prazo ser revertida. A enviar, a proposta será com a designação de DRAPN/CCDRN.

A **Sr.ª Presidente** solicitou ao Conselheiro **Agostinho Beça**, Técnico do Município de Mirandela, que fizesse um ponto de situação sobre os resultados das notificações, nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 7.º do Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura, às entidades que não comparecem nem se fazem representar nas reuniões do Conselho.

Agostinho Beça, informou que, o Regulamento do Conselho, prevê que *as entidades que não se façam representar em duas reuniões consecutivas ou três interpoladas sem apresentarem justificação, ficarão suspensas pelo período de um ano.* Assim, após a análise das presenças e ausências de todos os membros deste Conselho, resultaria numa suspensão de 22 membros, mais de metade.

Em face ao exposto, **Agostinho Beça**, propõe uma alteração ao Regulamento de forma a não ser tão restritivo, ou notificar apenas os mais faltosos.

A **Sr.ª Presidente** advertiu que o Regulamento é para cumprir.

Francisco Pavão, tomou a palavra para referir que *quem nunca veio não está a fazer nada. Quem não apresenta justificação, deve ser suspenso, deve cumprir-se o Regulamento.*

A **Sr.ª Presidente** propõe que sejam efetuadas as notificações de forma a dar cumprimento ao Regulamento.

Carlos Carvalho, representante do Partido Social Democrata (PSD), propõe fazer-se um alerta aos Membros que se encontram nessa situação, porque *alguns, se calhar, nem sabem que pertencem ao Conselho.*

Bruno Ricardo, tomou a palavra para informar que hoje também está em representação da **Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana**, e solicita, sobre esta matéria, o ponto de situação da Associação.

Agostinho Beça, informa que a **Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana**, não está em risco de suspensão.

Carlos Carvalho, refere que as ausências dos Membros devem ser contabilizadas por mandato.

Agostinho Beça, tomou boa nota do sugerido pelo Conselheiro **Carlos Carvalho**.

Deliberação:

- iv) O Conselho deliberou, por unanimidade, notificar os Membros em incumprimento nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 7.º do Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura, dando cumprimento ao estipulado na próxima Reunião do Conselho.



A **Sr.ª Presidente** passou ao **Ponto 4 – Período da Ordem do Dia, no Ponto 4.1 – O Azeite na Restauração em Mirandela – reflexões**, dando a palavra ao Conselheiro **Agostinho Beça**, visto ser uma proposta apresentada pela **Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola**.

Agostinho Beça, tomou a palavra começando por referir que *a questão do azeite na restauração em Mirandela, de facto, merece uma reflexão de todos nós. Sabendo-se que os “galheteiros” são proibidos, a questão que aqui se coloca é depararmo-nos com azeite, para uso nos estabelecimentos de restauração de Mirandela, em pequenos frascos de plástico, proveniente de outras regiões, como do Ribatejo, por exemplo. Ora, isto constitui um contrassenso, em face da excelência do azeite produzido e embalado em Mirandela que, nalguns (poucos) restaurantes da cidade – casos meritórios – é disponibilizado, tanto como tempero como para prova, em garrafas de vidro devidamente rotuladas e com as garantias de origem, qualidade e integridade do produto.*

Concluiu, pedindo contributos aos conselheiros para ultrapassar a questão do uso de garrafas de plástico na nossa restauração, provenientes de outras regiões.

Delfim Machado, representante da **Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais-Mirandela**, tomou a palavra para referir *que não se pode obrigar um restaurante a ter azeite somente de Trás-os-Montes, pois estamos num País democrático, pode a pessoa chegar aqui e pedir um azeite Alentejano. Já me aconteceu estar fora da região e pedir um azeite transmontano.*

Na sua opinião, deverá apostar-se nas provas/cursos de azeite, tal como faz a APPITAD, para incentivar o público em geral a pedir desse azeite. Apostar na formação deverá ser melhor.

Carlos Carvalho, tomou a palavra para sugerir a realização de *uma formação inicial de provas de azeite aos proprietários dos restaurantes, para que eles próprios tomem consciência do que nós temos na região. O próprio Município e todos nós temos obrigação de trabalhar na promoção de todos os nossos produtos, não só da alheira, não só do azeite, não só da cereja, mas de todos os nossos produtos que temos na nossa região, isso é fundamental.*

Aproveitou para referir que, embora o Município de Mirandela tenha participado em algumas atividades da Feira Nacional de Agricultura e na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa acompanhando a ACIM, lança de novo o desafio, a par do ano anterior, sobre a importância de o Município de Mirandela estar presente nesses certames com um *stand* institucional de forma a promover os produtos do nosso território. Por outro lado, é da opinião que deve haver uma especialização dos proprietários/gerentes dos restaurantes para que possam estar mais informados para apresentar de forma mais eficaz os nossos produtos aos turistas que nos visitam.

Francisco Pavão, tomou a palavra para referir que a APPITAD está disponível para realizar essa formação, não só às pessoas da restauração e hotelaria, mas também aos trabalhadores do Município que exercem funções nesta área.

Agostinho Beça, tomou a palavra para sugerir *a promoção de algum tipo de embalagem que os produtores/embaladores pudessem comercial para esse efeito, pois quando um restaurante disponibiliza o conjunto de azeite e vinagre, é porque algum comercializador o forneceu a um preço que lhe agradou, isto também são questões de mercado.*

Conclui, dizendo que *se a nível local os produtos/embaladores, que são seguramente mais do que uma dúzia, embalar o seu produto de forma atrativa, em termos de preço, junto da restauração, talvez também fosse um bom caminho.*

Francisco Pavão, tomando a palavra referiu que existem no concelho inúmeros produtores, mas que o monograma que Mirandela encontrou como marca promocional, não cabe no rótulo do azeite, uma vez que a informação obrigatória já é extensa. Informa ainda que a APPITAD tem apoiado no embalamento de azeite e registo de marcas.

Dá nota de que o Município deve promover o consumo de azeite, uma vez que a sua produção é uma atividade socio-económica que envolve quase todo o concelho. Acrescenta que, tal como referiu o Conselheiro **Carlos Carvalho**, *no âmbito desta promoção, é importante que a Câmara de Mirandela esteja presente, ou através da ACIM ou per si, no conjunto de eventos de promoção do Território.*

Refere ainda que não aprecia o modelo do evento da BTL, considerando ser *uma feira de comes e bebes* e que *não sabe o que se faz em promoção do Território*. Por vezes, visita as feiras que se realizam no concelho de Mirandela, e constata existirem inúmeros produtos não conformes, dando o exemplo *de azeite vendido em garrações de água*. Lança um desafio para que *dentro do Município tivesse alguém capaz para validar estas situações.*

Concluiu a sua intervenção relembrando que quando este Executivo iniciou o Mandato, reuniu com a APPITAD e foi sugerido ao Município que criasse o *slogan “Eu sinto Mirandela, eu provo Mirandela.”* Considera importante criar um Regulamento que permitisse às lojas comerciais dar a provar os produtos do concelho para posteriormente as pessoas os comprarem. Na sua opinião, quem vende os produtos locais deve ter privilégio em relação aos que não vendem esses produtos.

Cristina Passas, representante da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, tomou a palavra para referir que é *melhor agirmos a jusante do que a montante*, pois estamos no mercado livre e não se pode restringir o que é vendido dentro das áreas comerciais. No entanto, considera importante a formação, tal como referiu o Conselheiro **Carlos Carvalho**, mas não só na área do azeite, *porque devemos tratar os produtos de forma igual, porque todos eles são economia local*, dando o exemplo do queijo, que *em muitas mesas de restaurante servem queijo que não é da nossa região*.

Conclui, dizendo que o seu contributo é no sentido de se efetuar a formação mas com o conceito de *azeite e outros*.

Agostinho Beça, tomou a palavra para dizer que não está contra a utilização de azeite de outras regiões na restauração de Mirandela, no entanto, defende que se deve dar preferência ao azeite do concelho. Neste sentido, deixa *um apelo à APPITAD, que representa uma série de produtores e embaladores, que tenham o cuidado de comercializar o seu produto de excelência, em embalagens compatíveis com o que estamos a descrever, para a restauração*.

António Neves, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana, da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL., da LEICRAS - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana e Secretário da Mesa do Conselho, tomou a palavra para dar nota do sucesso que a última iniciativa do Festival do Cabrito Transmontano alcançou onde, para mobilizar um maior número de restaurantes, foi oferecido um cabrito na compra de cinco. Desta feita foram comercializados cerca de 100 animais durante dois fins-de-semana.

Terminada a discussão, a **Sr.ª Presidente** fez um resumo das propostas apresentadas, começando por referir que a restauração deve ter produtos locais e não locais, por uma questão de sensibilização, considerando que se deve ter em atenção os custos inerentes a cada refeição.

Relativamente à Feira Nacional de Agricultura e à BTL, considera que o Município de Mirandela, *por uma questão de economia, deve estar em conjunto com os outros Municípios num stand institucional*, considerando o impacto custo-benefício para o Município. Como Mirandela pertence à CIM-TT – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, na BTL o Município de Mirandela participa em conjunto com outros Municípios. Informa que para a Feira Nacional de Agricultura já se falou na CIM-TT em adotar este modelo.

No que concerne às ações de sensibilização e formação, refere que a ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mirandela, como parceira institucional da Câmara Municipal, devem ser tipificados/listados todos os restaurantes, e encontrar uma data, antes do início do verão, por ser época alta, para fazer a formação.

Propõe iniciar-se pela formação/sensibilização do azeite na restauração de hotelaria e encontrar um modelo a apresentar no Conselho Municipal de Agricultura, passando posteriormente para outros produtos.

Relativamente às lojas de produtos regionais, considera que deveria existir preocupação na venda dos produtos locais, reconhecendo que não existe essa obrigatoriedade mas propõe que estas casas comerciais sejam envolvidas na formação/sensibilização a par da restauração e hotelaria, uma vez que estas casas têm um papel relevante pois são *uma porta de entrada* porque estão abertos durante o fim-de-semana. Propõe ainda a entrega de um certificado de participação na referida ação de formação/sensibilização.

No que respeita às feiras do concelho, informa que a Câmara Municipal emite uma declaração de que se vendem produtos locais, mas informa que a Câmara não tem competência nem autoridade para realizar uma ação de fiscalização. Neste sentido, propõe que sejam preparadas algumas regras de exposição, de venda de produtos, ou seja, de boas práticas.

Cristina Passas, sugere que as Juntas de Freguesias devam difundir o caderno/manual de boas práticas, uma vez que têm uma maior sensibilidade passariam a mensagem de forma *mais pacífica e menos abrupta*.

A **Sr.ª Presidente** explicou que a ideia é melhorar e que já houve muitos progressos *quer na capacidade expositiva quer na explicação dos próprios produtos*. Conclui que esta iniciativa ficaria com a articulação da ACIM, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.

Francisco Pavão, sugere que o Mercado Municipal seja inserido no Manual de boas práticas.

Carlos Carvalho, sugere que os maus exemplos que vigoram *nas feiras e mercados sejam transportados para o Manual de boas práticas*.

Após mais algumas considerações sobre o assunto em referência e terminando-o, a **Sr.ª Presidente** dá nota que o modelo de formação a seguir deve ser atrativo para os operadores de hotelaria/restauração, que não lhes ocupe muito tempo, no máximo 2 horas, sugerindo uma segunda-feira, das 14h:00min-16h:00min, pois para a maior parte dos restaurantes é o dia de descanso semanal, podendo ser iniciado durante o próximo mês de julho. Conclui que os trabalhos devem ser articulados com a ACIM, APPITAD, a Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes, a LEICRAS e com a EPA, tal como sugerido pelo Conselheiro **Carlos Carvalho**.

Deliberação:

- v) O Conselho deliberou, por unanimidade, realizar ações de formação/sensibilização nos operadores de restauração, hotelaria e casas comerciais de venda de produtos regionais, em parceria com a ACIM, que deverá fornecer a lista dos referidos operadores. Deverá ser estudado e adotado um modelo de formação, até ao dia 9 de julho. A formação iniciar-se-á pelo azeite, com o apoio da APPITAD. Deve ser entregue um certificado de formação aos participantes.
- vi) O Conselho deliberou, por unanimidade, elaborar um manual de boas práticas, em formato simplificado, no âmbito das feiras de produtos locais do concelho e para o Mercado Municipal de Mirandela, onde devam constar, entre outras, regras de exposição e venda dos produtos locais. Esta iniciativa deve ser realizada em parceria com as respetivas Juntas e Uniões de Freguesia.

Em relação ao **ponto 4.2 – Propostas no âmbito do Regadio no Concelho**, a **Sr.ª Presidente** informou o Conselho que a empreitada da 2.ª Fase – **Captação, elevação e pressurização do Regadio Coletivo de Contins**, está concluída e aguarda apenas a ligação do ramal elétrico por parte a E-Redes.

Merece ainda referência o facto de a situação final dos trabalhos ter sido inferior ao preço contratual, que era de 213.692,64 €, ficando em 172.439,42 €, menos 19,30%.

Trata-se de uma iniciativa da Câmara Municipal de Mirandela em parceria com a Junta de Agricultores de Contins.

No que respeita à consulta pública para o estudo “**Regadio 20|30 – Levantamento do Potencial de Desenvolvimento do Regadio de Iniciativa Pública no Horizonte de uma Década**”, o município enviou, em devido tempo, um contributo com um conjunto de propostas que se espera que venham a ser consideradas em futuros Planos de Regadio.

Relativamente a outro Estudo mais recente – “**Valorização do Potencial Hidroagrícola nas Terras de Trás-os-Montes**, como já foi aqui referido, também o Município participou dando os contributos pertinentes, esclarecendo algumas especificidades locais e fazendo incluir aspetos que não estavam inicialmente considerados, nomeadamente um Plano desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Bragança, designado “**Aproveitamento Hidroagrícola Noroeste de Mirandela**”

Também nestes estudo se encontra a “**2.ª fase de Aproveitamento Hidroagrícola de Vale de Madeiro**”, cuja responsabilidade é agora da CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Do mesmo modo está incluído o “**Aproveitamento Hidroagrícola da Serrinha e Rede do Navalho**”, cujo projeto inicial, como também já tem sido aqui referido, terá de ser revisto e supridos os elementos considerados não conformes no parecer emitido pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente.”

O Relatório final deste Estudo de “**Valorização do Potencial Hidroagrícola nas Terras de Trás-os-Montes**”, constitui um guia para o desenvolvimento de Projetos de Execução para este e outros aproveitamentos que venham a ser tidos como prioritários.

Feito o ponto de situação, a **Sr.ª Presidente** destacou a importância do regadio no concelho de Mirandela bem como a disponibilidade de água quer para consumo humano quer para a agricultura. Solicitou contributos aos Conselheiros sobre esta matéria.

Francisco Pavão, tomou a palavra para dar nota da importância do alargamento do perímetro de rega do Azibo a mais área do concelho de Mirandela, com a passagem inferior da A4, assim como o regadio de Vale de Madeiro, considerando que é uma vergonha aquilo que é exigido como seguro.

A **Sr.ª Presidente** coloca a dúvida se o atual Ministro da Agricultura terá conhecimento da situação descrita. Propõe que seja elaborada uma informação para o Sr. Ministro.



Francisco Pavão, relembra que foi solicitado ao Eng.º Matias o documento dos três milhões de euros e que seria importante envia-lo ao Sr. Ministro da Agricultura.

A *Sr.ª Presidente* referiu que não tem certeza se esse documento já foi enviado pelo Eng.º Matias, mas que será novamente solicitado.

Agostinho Beça, esclarece que eram dez milhões de euros de caução.

Francisco Pavão, refere outra questão que considera importante que é o estudo da CIM Terras de Trás-os-Montes, e questiona o ponto de situação desse estudo.

Agostinho Beça esclarece que já existe um Relatório Final, estando em falta a 4.ª Etapa desse estudo que é, eventualmente, desenvolver estudos prévios e projetos de execução. Informou ainda que já está disponível o Relatório Final onde estão previstos os contributos da Câmara Municipal.

A *Sr.ª Presidente* informou que será disponibilizado aos Senhores Conselheiros os contributos da Câmara Municipal e o Relatório Final.

Deliberação:

- vii) O Conselho deliberou, por unanimidade, solicitar à CIM-TT a última versão do Relatório Final do Estudo de “*Valorização do Potencial Hidroagrícola nas Terras de Trás-os-Montes*”, com os contributos da Câmara Municipal sobre esta matéria. Este Relatório será enviado a todos os Conselheiros.

Em relação ao ponto 4.3 – **Análise de propostas de Certificação de Produtos (Couve-Penca de Carvalhais; Morango de S. Pedro Velho; Cereja de Mascarenhas)** a *Sr.ª Presidente* informou que para desenvolver estes processos é sempre necessário definir previamente um Caderno de Especificações do produto a certificar, indicar a Entidade Gestora e escolher o Organismo de Controlo e Certificação.

Neste âmbito, considera pertinente esta questão, referindo o exemplo da Couve Penca de Carvalhais, que apesar de não ser certificada, a sua semente já obteve essa certificação.

Questiona os senhores Conselheiros sobre esta matéria.

Agostinho Beça, informa que lhe foi sugerido um novo produto para certificação o Requeijão de leite de cabra serrana. Acrescenta que já existe a DOP do leite e do cabrito, os cadernos de especificações elaborados, o Organismo de Controlo e Certificação e a Entidade Gestora que no caso destes dois produtos é a Leicras.

Relativamente aos outros produtos propostos, refere que existe já um trabalho de 2019, feito pela conselheira *Cristina Passas* sobre a Couve Penca de Carvalhais. Trata-se de um caderno de especificações que poderá ser o ponto de partida para avançar com essa certificação.

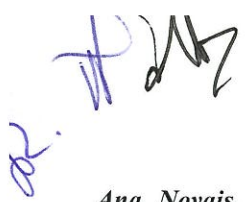
Considera que deve ser definida a Entidade Gestora, e que em maio de 2017 já tinha preparado os estatutos para uma associação de produtores da Couve Penca da Ribeira de Carvalhais. Trata-se de documentos que podem servir de base para a constituição de uma Associação de Horticultores como Entidade Gestora da Couve e de outros produtos.

Relativamente à certificação da Cereja e do Morango, é seu entendimento que os respetivos cadernos de especificações carecem de mais estudos académicos e científicos, podendo ser levados a cabo em parcerias com a UTAD e IPB.

Cristina Passas, tomou a palavra para dar nota que volvidos quase 20 anos ainda andamos com atualizações e retificações dos cadernos de especificações da alheira de Mirandela. É importante reter que a forma como a União Europeia trata a certificação hoje, nada tem a ver com a forma como ela foi tratada em 1996, 1997 e 1998, e alerta para o facto de que, neste momento, a sustentabilidade económica e a viabilidade do produto está na base da certificação.

Assim, adverte que antes de se avançar para a certificação de um produto deve ser elaborado um estudo sobre as condições económicas e demográficas existentes no território, sob pena de todo o trabalho realizado tenha sido em vão.

No seu entendimento a Couve Penca não carece desse facto, no entanto, existem outros produtos que podem carecer desse facto, podem neste momento estar no auge, mas daqui a uma década, não sabemos, por isso é necessário fazer esses estudos, para avaliar a sustentabilidade do produto.

2. 

Ana Novais, representante da *Tradição e Qualidade - Associação Interprofissional para os Produtores Agro-Alimentares de Trás-os-Montes*, tomou a palavra para referir que *teriam todo o gosto em participar nesse projeto das certificações de produtos*, mas deixa uma ressalva, *mesmo depois da aprovação pela União Europeia existe legislação específica que implica a atividade de certificação do produto, se o produto não tiver atividade durante 8 anos cai por terra, seja qual for o organismo de certificação, o produto tem de ter atividade e evidências*.

A **Sr.ª Presidente**, refere que sobre estes produtos já são comercializados sem certificação, dando o exemplo da EPA que tem tido um papel fundamental na produção da Couve Penca, participam na Feira da Couve Penca da Junta de Freguesia de Carvalhais.

Francisco Pavão, tomou a palavra para referir que considera *reduzidor a designação de Couve Penca de Carvalhais*, uma vez que a *semente até se chama Couve Penca de Mirandela*. Acrescenta ainda que também já propôs no Conselho Geral da EPA, a alteração do nome para Escola Profissional de Agricultura de Mirandela.

Deixa uma sugestão de contacto sobre esta matéria, a Associação QUALIFICA/origIn PORTUGAL, na qual a **Eng.ª Ana Soeiro** é Diretora Executiva e, na sua opinião, é a pessoa mais experiente em Portugal, sendo também Consultora da União Europeia, no que respeita à valorização e qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses.

Outrossim, considera que a criação de uma associação de produtores como entidade gestora nos processos de certificação, não é viável, uma vez que *não podem comercializar apenas promover os produtos*, sendo muito mais importante e funcional a criação de um agrupamento de produtores de multiprodutos que permite a comercialização de diferentes produtos, na qual os valores para os produtos IGP, DOP ou ETG são reduzidos.

Bruno Ricardo, tomou a palavra para referir que ficou esclarecido com a intervenção de **Francisco Pavão** e que, não conhecendo o trabalho realizado pela **Cristina Passas** acerca do caderno de especificações da Couve Penca de Carvalhais, questiona se a área de produção deste produto se restringe à Freguesia de Carvalhais.

Agostinho Beça, esclarece que a área geográfica de produção da Couve Penca *é circunscrita ao concelho de Mirandela*.

Bruno Ricardo, conclui que, desta forma, não faz sentido *que a designação seja Couve Penca de Carvalhais*.

Após todas as considerações, a **Sr.ª Presidente** conclui que *tem de existir um calendário destas intervenções no terreno, porque os produtores têm de ver mais valia nesta certificação. Houve um investimento da Câmara Municipal e do Governo, do Ministério da Agricultura, no sentido de promover o Regadio em Contins, portanto, naturalmente, temos mais condições para a produção da Couve Penca*. Refere ainda que tem de existir uma estratégia de comercialização deste produto, designadamente quanto ao seu tamanho.

Acrescenta ainda *que temos todo o caminho a fazer, em conjunto com a ACIM, EPA, CMM e a Tradição e Qualidade, questionada que seja, ou não, a Associação Qualifica*. Refere ainda que é urgente trabalhar sobre os cadernos de especificações dos produtos da Couve Penca, do Morango e do Requeijão de leite de cabra.

Deliberação:

- viii) O Conselho deliberou, por unanimidade, avançar com a elaboração dos cadernos de especificações dos produtos da Couve Penca, do Morango e do Requeijão de leite de cabra serrana.

Em relação ao **Ponto 4.4 – Apresentação do “Guia de Boas Práticas | Sustentabilidade na Gestão e Uso Eficiente da Água”**- contributos apresentados para o Caderno de Agricultura, a **Sr.ª Presidente** solicita à **EMEIA – Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola**, a apresentação do Caderno de Agricultura.

Antes do início da apresentação, **Agostinho Beça** esclarece que o Manual *Guia de Boas Práticas | Sustentabilidade na Gestão e Uso Eficiente da Água*”, apesar de ser um pouco extenso, pode ser consultado em separado, por Caderno/Áreas, sendo que o que foi enviado aos conselheiros para recolher contributos, foi o Caderno de Agricultura.

A apresentação do referido Manual foi realizada pelo conselheiro **Agostinho Beça**, tendo feito o enquadramento e referido os objetivos e propósitos da elaboração do documento, sintetizando a importância do uso eficiente da água nas diferentes áreas expostas.

Após esta apresentação, a **Sr.^a Presidente** passou a palavra aos conselheiros para que se pronunciassem sobre o tema.

Bruno Ricardo, tomou a palavra para referir que, na sua opinião, o Manual *parece muito interessante, com a devida reserva* uma vez que ainda não o leu, sugerindo que possa ter uma referência ao Mirandense, Patrono da Academia Portuguesa da Água, o Dr. Francisco da Fonseca Henriques, conhecido pelo Dr. Mirandela.

Agostinho Beça, refere que tomou boa nota da sugestão e que será colocado um texto sobre o Dr. Francisco da Fonseca Henriques.

Carlos Carvalho, sugere que o Manual poderá ser mais reduzido e fazer uma separação entre a área urbana e a área rural.

Francisco Pavão, sugere que o Manual deverá estar disponível no *site* oficial do município para acesso livre e como forma de sensibilização. Por outro lado, concorda com a separação do Manual por Cadernos e que deverá ser feita uma separação entre o meio rural e o meio urbano, tal como sugerido pelo conselheiro **Carlos Carvalho**.

Hernâni Moutinho, representante do **Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP)**, tomou a palavra para dar nota de que leu o documento e que na sua opinião o *Guia está muitíssimo bem elaborado, de leitura fácil, ilustrado de forma sugestiva e esclarecedora, por isso deve ser motivo da sua divulgação, não há nada que se lhe aponte*.

A **Sr.^a Presidente** refere que o formato do Manual depende muito do público-alvo a atingir, dando o exemplo dos jovens que preferem o digital do que o formato em papel.

Cristina Passas, refere que se todos assumirmos a tendência do digital *daqui a uns anos nem livros existem*.

A **Sr.^a Presidente** deu nota de que no próximo Conselho Municipal gostaria de abordar o *tema da Inteligência Artificial na Agricultura*.

Relativamente ao processo de reversão da integração da DRAPN na CCDRN, I.P., a **Sr.^a Presidente** considera relevante que o Conselho Municipal tome uma posição, fazendo chegar essa informação à Comunidade Intermunicipal, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministério da Agricultura, Ministério da Coesão Territorial, ao Sr. Primeiro-Ministro.

Francisco Pavão concorda que o Conselho de Agricultura tome uma posição sobre esta matéria, expressando a importância da reversão do processo das CCDDR, dando nota que se trata duma promessa eleitoral de praticamente todos os partidos políticos.

Deliberação:

- ix) O Conselho deliberou, por unanimidade, enviar uma posição do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela em relação à reversão do Processo da integração da DRAPN na CCDRN, I.P. e a importância da DRAPN no nosso Território, para a Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Ministério da Agricultura e Pescas e Ministério da Coesão Territorial, CCDDR-N, e para outras Entidades consideradas relevantes nesta matéria, com conhecimento a todos os Conselheiros.

No **Ponto 5 – Outros Assuntos**, a **Sr.^a Presidente** questionou se alguém queria intervir, passando a palavra ao membro **José Vieira**, representante da **COOPAÇOS – Cooperativa Agrícola de Valpaços**, que expôs as dificuldades e preocupações relativamente à falta de contacto das Organizações com os Órgãos de decisão, afirmando que a COOPAÇOS irá continuar a insistir nesta matéria para que possa existir um *elo de proximidade*.

António Neves, tomou a palavra para informar que a LEICRAS – Cooperativa Produtores de Leite de Cabra Serrana, inaugurou, no passado dia 15 de junho, uma nova Unidade de produção de queijo na Zona Industrial de Mirandela. *Esta Unidade é, possivelmente, a maior de Trás-os-Montes e do País. Este investimento superou os 600 mil euros, criou 10 postos de trabalho e possui a capacidade de transformar 1 milhão de litros de leite, por ano*.

Aproveita ainda para referir que a pecuária extensiva atravessa uma fase de grandes dificuldades. O ProDer – *Programa de Desenvolvimento Rural*, está a ser revisto e, se não for aproveitada esta oportunidade para serem promovidas alterações, vão existir sérios problemas com a continuidade dos produtores pecuários. Dá conta que no *último ano foram perdidos 20 produtores e 800 animais*, sendo este problema transversal a todas as raças autóctones do País. *É uma preocupação, os autóctones estão a desaparecer e é preciso tomar medidas para estancar este problema, porque fizemos este investimento e agora debatemo-nos com o problema que não temos leite. Vamos ter de procurar outras soluções, outros leites, eventualmente, o de ovelha, o de vaca, para tentar viabilizar aquela estrutura. Obviamente que é um projeto que vem atrasado seguramente 15 a 20 anos, é um projeto em contraciclo, mas a direção quando chegou encontrou o projeto já em*



construção e decidiu concretizá-lo. Por isso, quando se diz que se deve apostar na certificação e na qualificação é muito complexo, porque esta cooperativa nos últimos 8-9 anos deu lucro em 2, porque os custos de recolha são enormíssimos. Deu o exemplo de que vão recolher 200 litros de leite a Freixo de Espada à Cinta e para o efeito percorrem 220km, não se tornando rentável este procedimento. No entanto, esta recolha tem de ser efetuada sob pena de se perderem ainda mais produtores de leite.

Informa ainda que neste projeto da LEICRAS houve um envolvimento muito grande em apoios financeiros da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana e da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito de Raça Serrana. Neste sentido, considera *que os agrupamentos de produtores não é assim tão fácil como parece*, dando o exemplo da **Naturalcoop, Cooperativa de Carnes de Montanha, Crl.**, formada há alguns anos mas que ainda não arrancou, porque não tem meios nem dinheiro. Enquanto os Governos não alocarem meios, sobretudo financeiros, para esta gente se manter no território, vamos continuar a ter este abandono e, quando dermos conta, para recuperar já vai ser um problema, porque há uma dúzia de anos tínhamos na cabra serrana vinte mil animais, hoje temos cerca de treze mil, o que quer dizer que daqui a uma dúzia de anos vamos estar em vias de extinção, se nada for feito.

Conclui que tem de haver uma estratégia financeira para manter a atividade pecuária, caso contrário, o futuro da atividade estará comprometido. Dá nota ainda de que as políticas nacionais não são as mais adequadas para o setor, uma vez que quem está no terreno não é ouvido aquando da tomada de medidas e decisões para o setor.

Francisco Pavão, tomou a palavra para referir que aquando da definição do PRR *ninguém foi tido em conta*, informando que a CAP apresentou um documento para a criação de uma medida para a Pecuária extensiva já o ano passado e a este governo, no dia 30 de abril. Esta é uma preocupação transversal, sobretudo nas raças autóctones muito mais ameaçadas, e quando não se ouve quem anda no terreno, as políticas são feitas sem quaisquer fundamentos.

Foi ainda dado conta que alguns produtores que desapareceram dos Passos e das Lamas de Orelhão, foi devido à reflorestação da única área de pastagem que havia na serra dos Passos.

António Neves, refere que foram plantadas cerca de 16 mil árvores na serra dos Passos, onde foram mobilizados meios e equipamentos para reflorestar essa área, obrigando um produtor de cabras saporadas a vender os seus animais.

Bruno Ricardo, tomou a palavra para questionar sobre o ponto de situação relativamente à Vespa Velutina e ao plano de monitorização. No âmbito do descrito na ata anterior sobre as atividades de promoção dos produtos endógenos do concelho, a iniciativa do **dia do pequeno-almoço com mel**, que envolvia dois momentos: um momento de entrega às turmas de um frasco com mel para degustarem e um segundo momento que era a devolução do frasco para realçar a reciclagem dos produtos. Neste sentido, lamenta que se tenha realizado a **Semana do Ambiente e da Energia** do Município e podia ser enquadrada esta iniciativa e pura e simplesmente perdeu-se a oportunidade de passar aos miúdos esta mensagem, que no nosso entendimento é muito importante em termos de reciclagem.

A **Sr.ª Presidente** lamenta esta situação e informa que, muito provavelmente, a organização da **Semana do Ambiente e Energia** não sabia dessa vertente de devolução dos frascos no Agrupamento. Deixou a nota de que irá transmitir à Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, à Eng.ª **Noémia Janela**, quem organiza esta semana, para que no próximo ano letivo seja possível levar a cabo essa atividade.

Bruno Ricardo informou que a 17 de maio celebra-se o **Dia Mundial da Reciclagem**, que é uma iniciativa promovida pela UNESCO.

José Vieira tomou a palavra para referir que todos os agrupamentos de produtores passam por dificuldades com origem em fatores diversos, dando o exemplo dos associados da COOPAÇOS, que possuem idade avançada e com pouca disponibilidade para a implementação de inovação. Neste seguimento, refere ainda que quando o mercado absorve com facilidade um produto, os associados não entregam esse produto ao agrupamento, quando o mercado tem dificuldade vai tudo para parar ao agrupamento, dando o exemplo das uvas. Quando o produto é altamente valorizado as dificuldades são ainda maiores.

Deixa ainda a nota de que se queremos fixar famílias nas nossas freguesias e aldeias temos de fazer uma aposta na pecuária de forma a fiquem perto da exploração. Por vezes, existe abandono das explorações devido a dificuldades de licenciamento. Refere que os municípios têm aqui um papel importante. Menciona ainda que a COOPAÇOS, sempre que tem oportunidade, procura sensibilizar o poder político para a adoção de medidas que realmente se adequam à realidade do terreno. Termina a sua intervenção com uma analogia “...nós na agricultura estamos habituados a semear e às vezes a não colher.”

Maria Gouveia, Coordenadora do SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Mirandela, tomou a palavra para dar nota do que tem sido feito em relação à Vespa Velutina, referindo que tem sido

realizado um trabalho muito grande na captura das vespas em armadilhas, colocadas em locais fulcrais do município e de quinze em quinze dias fazemos a monitorização, ou seja, vamos ao terreno e verificamos quantas vespas velutinas foram capturadas. Informa ainda que desde 18 de março deste ano até esta última semana, capturamos 403 vespas velutinas. Refere ainda que este trabalho é muito importante na prevenção do aparecimento de novos ninhos que iriam prejudicar atividade agrícola do concelho.

Bruno Ricardo questiona quantas armadilhas estão instaladas e das 403 vespas velutinas identificadas, se existem locais de maior prevalência e quais.

Maria Gouveia, em resposta à questão colocada refere que existem 32 armadilhas instaladas e georreferenciadas, distribuídas pelo meio rural e pela cidade, sendo neste último o local onde são capturadas um maior número de vespas velutinas. Informa ainda que estes dados podem ser disponibilizados.

Francisco Pavão questiona se a Associação de Apicultores está envolvida nesse projeto.

Bruno Ricardo, refere que os apicultores têm pelo menos uma armadilha por apiário de forma a monitorizar e capturar as vespas velutinas. Neste sentido, apela ao apoio da atividade pecuária relacionada com a apicultura, uma vez que os apicultores têm trabalho e custos acrescidos, lembrando que o único apoio que têm é o do fornecimento das armadilhas.

Francisco Pavão, considera que deveria haver um esforço comum para monitorizar as armadilhas.

A **Sr.ª Presidente** sugere que seja agendada uma reunião com a Associação de Apicultores de forma a reunir esforços nesse sentido.

Bruno Ricardo, enquanto representante da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana, tomou a palavra para dar nota que a raça badana está extremamente ameaçada, existem cerca de dois mil animais inscritos no Livro Genealógico, o que é extremamente alarmante. Informa ainda que destes dois mil animais, 400 estão no concelho de Mirandela, distribuídos por oito produtores. Neste sentido, questionou qual o ponto de situação relativamente ao pagamento dos apoios à atividade pecuária do concelho de Mirandela.

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra a **Liliana Pinto**, representante do Serviço Municipal de Veterinária, que informou que alguns dos apoios só não foram efetivados para quem não apresentou as declarações de não dívida, tendo sido contactadas para o efeito. Relativamente aos restantes, finalizadas as candidaturas, serão feitos os procedimentos internos com os serviços de contabilidade e informação para reunião de Câmara para serem realizados os pagamentos, referentes ao ano de 2023.

Bruno Ricardo informa que ainda não foram realizados alguns pagamentos relativos ao ano de 2022.

Liliana Pinto refere que foram feitos os pagamentos de 2022, havendo algumas cartas que foram devolvidas e que estão nos serviços de contabilidade. Acrescenta que a Câmara Municipal não informa os produtores que a transferência de apoios foi efetuada. Deu o exemplo de alguns produtores que reclamam pelos apoios, não se apercebendo que a transferência já foi realizada. Quando situações destas ocorrem, a Câmara consulta os comprovativos de transferência através dos serviços de contabilidade.

Bruno Ricardo refere que esta situação carece de ser esclarecida.

A **Sr.ª Presidente** solicita que, após a reunião do Conselho, se proceda à verificação da situação reportada através dos serviços de contabilidade.

Acrescenta ainda que, apesar de ser um pequeno apoio é um esforço que a Câmara faz porque é do orçamento do Município, dos impostos que todos pagamos. Os produtores recebem do Estado apoios específicos à atividade agro-pecuária, este apoio é apenas um complemento, que deve ser valorizado.

Após algumas considerações sobre os apoios à atividade pecuária, **António Neves** dá nota de que a conservação do Património Genético do País é da responsabilidade do Estado, com algum apoio dos Municípios.

A **Sr.ª Presidente** refere que deve sempre haver um equilíbrio entre os apoios estatais e municipais, lembrando que a agricultura e a pecuária são importantes para o território, mas também a defesa da floresta, a proteção civil, a manutenção das estradas municipais. Tudo é importante para a vida das pessoas, o importante é que esse equilíbrio seja assegurado.

Francisco Pavão tomou a palavra para questionar o ponto de situação da visita ao Fundão e como está a plataforma BUPi.

A **Sr.ª Presidente** informa que relativamente à visita ao Fundão considera importante realizar as inscrições e marcar a data com a Câmara Municipal do Fundão. Poderá ser agendada para setembro ou outubro.



António Neves considere importante a visita ao Fundão, porque é um exemplo nesta área, paga quinze euros do seu orçamento anual, por cada cabra. Dá outro exemplo, o da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares que fez um evento a EXPOCAPRILAND, trata-se de uma Feira de Caprinicultura e de um de Congresso Nacional de Caprinicultura. É um concelho que possui cerca de 200 cabras serranas e que quer incentivar a criação de caprinos no concelho.

A **Sr.ª Presidente** informou que a Câmara Municipal apoiou o Polo de Inovação Agrícola na Quinta do Valongo, assinando um contrato de parceria com a DRAPN, um projeto no valor de mais de um milhão de euros. Considera pertinente questionar a CCDRN sobre o ponto de situação.

Relativamente à questão do BUPi, foi dada a palavra a **Maria Gouveia** para fazer o ponto de situação, *referindo que desde 15 de maio apenas tem um Balcão aberto* porque existem dificuldades de recursos humanos, estando esta situação a ser resolvida, prevendo-se que *a partir de 1 de julho estejam 2 pessoas afetas a 100% ao serviço do BUPi.*

Relativamente ao trabalho efetuado, informou que o número de processos efetuados encontra-se dentro da média nacional, *até ao momento, estamos com 31% de território cartografado, correspondendo essa situação a cerca de vinte e nove mil processos efetuados. Na União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa onde foram efetuados mais registos e em termos de concelhos aderentes ao Balcão BUPi, Mirandela está na vigésima posição, continuamos numa posição bastante importante em termos nacionais.*

Temos participado nos eventos que são promovidos pela eBUPi e temos também a participação de duas pessoas numa formação sobre a conciliação administrativa.

Francisco Pavão, tomou a palavra para dar nota que o trabalho do BUPi *deveria ser apoiado com base nas Associações, temos funcionários, estamos habituados a fazer este tipo de trabalho, temos formação em SIG, somos acreditados pelo IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.. e se queremos que o BUPi avance, temos de protocolar com as Associações. Acrescenta ainda que gostava de ter uma resposta oficial do Município de que não é permitido às Associações fazerem parte disto.*

A **Sr.ª Presidente** esclarece que *foi estratégia do Governo da altura que o eBUPi estaria centralizado nas CIM – Comunidades Intermunicipais, havendo empresas privadas a fazer este trabalho que foram contratualizadas pelas Câmaras Municipais porque não queriam afetar recursos humanos internos para esse trabalho. As empresas privadas têm uma execução muito maior, porque são pagas “à peça”. Todas as questões levantadas pelas Associações já foram colocadas ao Balcão eBUPi tinham de ser validadas e teriam de entrar com o nome de utilizador da Câmara Municipal.*

Francisco Pavão refere que *entre contratar um tarefeiro e uma Associação que é uma entidade oficial, é melhor contratar a Associação.*

A **Sr.ª Presidente** esclarece que no BUPi não trabalham só tarefeiros. Por outro lado, informa que para este trabalho ser entregue a uma Associação teria de ser por concurso público, podendo concorrer qualquer entidade a nível nacional.

Marta Ferreira, representante da AFLODOUNORTE – Associação Florestal do Vale do Douro Norte, tomou a palavra para dar nota que existem candidaturas a ser financiadas para a formação de agrupamentos de Baldios e registo de terrenos de baldio no BUPi, Em Mirandela existem 5 unidades de baldio: Abreiro, Lamas de Orelhão, Franco, Suções e Passos e vai ser inserido o de Sobreira, que formará o grupo de Baldios do Tua. Este agrupamento de Baldios terá Planos de Gestão Florestal e Áreas de Pastoreio.

Após mais algumas considerações sobre este tema, a **Sr.ª Presidente** refere que será estudada a questão da contratação pública no BUPi.

Delfim Machado, tomou a palavra para informar *que há quatro meses a direção da EPA reuniu com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, com o Eng.º Beraldo Pinto com o Eng.º José Matias, para dinamizar cerca de 20ha na Quinta do Valongo no sentido das necessidades elementares da pecuária que nós temos e de culturas anuais. Temos corpo técnico, temos funcionários, temos alunos e a resposta da CCDRN foi negativa, dizendo que os terrenos estão devidamente ocupados. Mais informa que os terrenos estão ao abandono, quase sem utilização.*

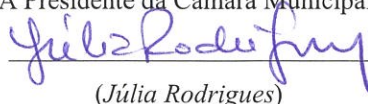
Neste seguimento, solicitou a intervenção da Câmara Municipal *no sentido de possibilitar a rentabilidade de alguma área.*

A **Sr.ª Presidente** finalizou a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

E não havendo mais nada a tratar, pelas 12 horas e 20 minutos, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, aprovada em minuta, por unanimidade, que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e pelos Secretários.

Mirandela, 18 de junho de 2024.

A Presidente da Câmara Municipal,


(Júlia Rodrigues)

O Secretário do Conselho

()

O Secretário do Conselho

()

